

Juros em atraso: US\$ 5 bi na posse de Collor

BRASÍLIA — O comitê interino dos bancos credores poderá reunir-se em fevereiro, para avaliar a possibilidade de permitir a capitalização de parte dos juros da dívida externa brasileira, diante da perspectiva de que o Brasil não tenha condições de saldar a totalidade dos pagamentos relativos a juros devidos nos próximos dois anos, em virtude do **gap** financeiro — diferença entre os recursos que entram do exterior e os compromissos externos que o País tem de pagar. O encontro ainda não tem data marcada, mas poderá reunir a atual equipe de negociadores brasileiros e os interlocutores do novo Governo, que terão a oportunidade de um primeiro contato com os representantes dos bancos.

Normalmente, a capitalização dos juros só começaria a ser discutida após a definição da política brasileira em relação aos juros em atraso, que até a data da posse — 15 de março — deverão estar em torno de US\$ 5,5 bilhões, incluídos o US\$ 1,6 bilhão que vence no próprio dia 15. Em função do estoque da dívida — que em 31 de dezembro foi estimado em cerca de US\$ 114 bilhões, incluindo os atrasados — o saldo deixado pelo atual Governo é muito menos alarmante do que o inicialmente previsto. Além disso, cerca de US\$ 7,4 bilhões da dívida foram contraídos junto às instituições brasileiras no exterior, ou seja: Banco do Brasil,

Real e outros, o que torna mais fácil a negociação da capitalização.

Ao mesmo tempo, a situação do Brasil junto aos 16 membros do Clube de Paris vem sendo normalizada de forma escalonada, de modo a garantir a manutenção do nível das reservas cambiais em torno de US\$ 7,6 bilhões pelo conceito de caixa, sem prejudicar a credibilidade do País junto à comunidade financeira internacional. Também vêm sendo escalonadas as remessas de lucros e dividendos — que normalmente se concentram neste primeiro trimestre do ano — com a duplicação dos prazos de liberação pelo Banco Central.

Diante disso, já existem indícios de que os bancos — que já vinham estudando a possibilidade de capitalizar parte dos juros no caso da Argentina — parecem estar dispostos a estudar a proposta com o novo Governo brasileiro assim que tiverem conhecimento dos rumos que a economia deverá tomar no Governo de Fernando Collor de Mello. Enquanto isso não ocorre, a atual administração continua realizando conversões de parte da dívida vincenda, permitindo a troca de dívida por investimentos entre os agentes do mercado e incentivando a compra dos títulos brasileiros no mercado secundário, pela Bolívia e outros países latino-americanos.